

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

ATA Nº 17

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte três, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da União Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, em reunião Extraordinária, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalves Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto 1 – Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta. -----

Ponto 2 – Apreciação e Votação da Minuta do Contrato Interadministrativo do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense – Edição 2023. -----

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

Aqui há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Luís Rocha Pires Mendes Godinho, Augusto Artur Saldanha, Gianpiero Freire de Zignoni, Maria Inez Rocha Barata da Rocha Gagliardini Graça e Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto. -----

Partido Socialista – António Fernando da Silva Oliveira, Sandra Maria Ribeiro Mondim, Abílio Pereira dos Santo e Abílio Manuel Pacheco Rodrigues. -----

Partido Social Democrata – Ernesto Paulo Preto Galego, António Miguel da Costa Cardoso Antunes, António André da Costa Vieira e Inês Pires Moreira. -----

Bloco de Esquerda – Mário Augusto de Sousa Moutinho e Teresa Marisa Alves Martins. -----

CDU – João Duarte Gonçalves e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

PAN – Natacha Gambini Doria Meunier. -----

Faltas: -----

PS – Érica Filipa Fonseca Pacheco Rodrigues. -----

PSD – Nuno Rodrigo Carvalho Fernandes. -----

Deputados que pediram a substituição e que apresentaram justificação: -----

PS – Érica Filipa Lisboa Fonseca Pacheco Rodrigues. -----

PSD – Nuno Rodrigo Carvalho Fernandes, Tiago Filipe Alves Moutinho e Nuria Maria Ares Cardoso. -----

O Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente), Rui Pedro da Silva Cavalheiro (Tesoureiro), Verónica Marta Stuve Veiga de Faria e os Vogais Ricardo Jorge Loureiro Baptista e Tiago João Peixoto Fonseca. -----

Presidente da AF – Cumprimentou todos os presentes e deu início à Assembleia de Freguesia Extraordinária. Antes de entrar na sessão, deu conta à Assembleia das seguintes informações:

1- Informar que deu entrada após a Assembleia de Freguesia de 20/01/2023, um pedido de suspensão de mandato temporário, por 6 meses, do Sr. José António Teixeira, da Bancada do PS e que a Bárbara Santos, do BE, termina a sua suspensão de mandato a 29/04/2023. -----

2- No dia 23/09/2022, relativamente a uma ata que tinha sido aprovada, foi necessário efetuar uma pequena retificação, à posteriori, acordada na Assembleia e que esta (ata retificada) ficou publicada no site da Junta. Informou que sempre que quiserem consultar está tudo publicado no site. Referiu também que a Ata de 7/12/2022, foi enviada por e-mail em fevereiro e

corrigida pelos Membros da Assembleia. Deste modo, vão proceder à sua votação. De seguida, informou quais os Deputados que estiveram na referida Assembleia do dia 7/12/2022. A mesma foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Mário Praça (1º Sec. Assembleia) – Procedeu à leitura do Edital e à chamada, para confirmar as respetivas presenças. Neste Assembleia estão presentes 19 pessoas. -----

Presidente da AF – Interveio para dizer que chegou uma informação à Mesa pelo Sr. Vítor Vieira da CDU a referir que os pedidos de suspensão devem ser analisados pela Assembleia, mediante o Parecer da Comissão de Coordenação de Região Norte. Informou a Assembleia que se pretenderem ver o documento, a Mesa fará chegar. Não é habitual a Mesa criar entraves. Uma vez que não avaliaram a situação anterior, não lhe parece correto fazer agora. Mas têm toda a liberdade para que a Assembleia se possa pronunciar. Tendo prosseguido, uma vez que ninguém questionou o procedimento. Explicou a necessidade de corrigir uma Ata em Minuta, porque constavam duas imprecisões e que enviou por e-mail para as pessoas que estiveram nesse dia. A correção tem a ver com a diferente designação adotada de um Membro da bancada do PSD, o Sr. António André da Costa Vieira. Dado que, umas vezes se encontrava designado de António e outras por André. Para não gerar confusão ficou André Vieira. E faltou incluir uma intervenção do público e outra do Sr. Presidente. O documento retificado será colocado novamente site, substituindo o interior. Entretanto, a Mesa recebeu um Voto de Pesar que foi distribuído por todos. Como é do conhecimento da assembleia, a tradição é o Voto de Pesar ser submetido, sempre que cumpra o critério de pessoas que são da Freguesia e/ou que prestaram serviços relevantes à Freguesia. Neste sentido, solicitou à Srª Deputada do B.E. para ler o referido documento. -----

Teresa Martins (BE) – Interveio para efetuar a leitura do Voto de Pesar, o qual fica anexo a esta Ata, com o n.º 1. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada. Perguntou se alguém pronunciar-se. De seguida deu a palavra ao Deputado Gianpiero Zignoni. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto-RM) – Afirmou que o Movimento subscreve o Voto de Pesar do BE e enviou cumprimentos de pesar para a colega Susana Constante Pereira, Membro da Assembleia Municipal. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Perguntou se mais alguém pretendia intervir, não se tendo verificado mais nenhuma inscrição. De imediato procedeu-se à votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. De seguida foi guardado um minuto de silêncio. De seguida entrou-se na Ordem de Trabalhos. Informou o Plenário de uma carta entregue à Mesa, do dia 02/03/2023, remetida pelo Sr. Ricardo Jorge Loureiro Baptista, dando conhecimento da carta que remeteu ao Sr. Presidente da Junta, a comunicar a sua renúncia de mando de Vogal do Executivo e o seu regresso à Assembleia de Freguesia. Afirmou que dispensava a leitura, se os Srs. Deputados assim o entendessem. Está dentro da Lei, pois alega esta tomada de decisão por motivos profissionais e pessoais. Como ninguém se pronunciou sobre o assunto, de imediato entrou-se no Ponto nº 1 da O.T. “Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta”. De imediato deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Informou que o Executivo propõe o Sr. Augusto Artur Saldanha para substituir o Membro Ricardo Baptista, por motivos profissionais e pessoais, vai ter de sair do Executivo. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. e deu a palavra ao Deputado Miguel Antunes. -----

Miguel Antunes (PSD) – Afirmou que não contava fazer esta intervenção, mas quis salientar o seguinte: Isto é um trabalho em conjunto, desde a Mesa da Assembleia, desde o Sr. Presidente

da Junta, desde o Executivo, desde todos os Membros eleitos para a Assembleia, bem como os nossos fregueses. Pensa que o trabalho desenvolvido até hoje, não vão pensar muito naquilo que não correu bem, vão pensar naquilo que correu bem e vão pensar porque estão cá e que foram eleitos para corrigir. Quis neste momento felicitar a entrada do Sr. Saldanha e felicitar toda a dedicação. -----

Presidente da AF – Esclareceu que ainda não foi a votação. -----

Miguel Antunes (PSD) – Interveio para dizer que é apenas uma Declaração, mas quis afirmar que conhece o Ricardo, sabe da sua entrega, dedicação e trabalho a esta causa, como qualquer membro do PPD/PSD que está no Executivo. Ao Sr. Presidente da Junta também quer dedicarlhe umas palavras, porque de facto a colaboração, às vezes, pode não correr tão bem como esperam, mas também não é tão má como todos falam. Têm tempo para tudo, vão trabalhar em frente e por aqueles que os elegeram, para estarem aqui hoje. Agradeceu a todos e desejou felicidades ao Sr. Saldanha para o novo percurso. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que a CDU não se opõe a esta substituição. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Perguntou se mais alguém pretendia fazer alguma intervenção. De seguida deu a palavra ao Deputado Mário Moutinho. --

Mário Moutinho (BE) – Começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que o BE não comenta as pessoas, seja o Ricardo ou o Sr. Saldanha, não os preocupa esta substituição, não têm nada a opor. Interessa-lhes muito mais as questões políticas que têm como resultado esta situação. Estas sim, são importantes. Não discutem nomes, mas gostavam de saber um pouco mais das razões, ainda que se aceitem, do ponto de vista legal e institucional, razões pessoais e profissionais, para a substituição. Elas não são um bom sinal, quer para a população, quer para o funcionamento político desta estrutura. Não se opõem, mas gostavam de saber mais, politicamente. Afirmou que em termos meramente pessoais, conhece muito bem e há muitos anos, o Sr. Saldanha. Conhece o Ricardo desde o mandato anterior e tem pelo Sr. Saldanha, uma grande consideração pessoal e profissionalmente estiveram a trabalhar diversas vezes juntos em atividades artísticas. É evidente que têm pontos de vista políticos diferentes e por vezes discutem acesamente as posições de cada um. Isso faz parte da democracia. Interessa-lhes muito mais saber as questões políticas que levaram a uma situação deste género, do que propriamente os nomes que vão constituir o novo Executivo. -----

Presidente AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. De seguida deu a palavra ao Deputado Miguel Antunes. -----

Miguel Antunes (PSD) – Interveio para afirmar que ao Deputado Mário Moutinho não lhe interessa se é o Sr. Ricardo ou se é o Sr. Saldanha. Interessa-lhe sim o que é que motivou esta mudança. Foi justificada pelo S. Presidente da Junta, por motivos profissionais e pessoais. Não vão escamotear, nem sequer extrapolar mais nada. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para dizer que o Sr. Mário Moutinho tinha referido uma palavra importantíssima: Democracia. Os fregueses sabem que isto é Democracia. A Democracia permite a todos os elementos nos cargos que estão na Assembleia, solicitar a suspensão e os mesmos elementos que estão no Executivo, de solicitar exatamente o mesmo, é a Democracia. Dá o direito às pessoas por motivos profissionais e pessoais que foram alegados. A coligação mantém-se firme e mantém-se forte. Vão continuar a trabalhar em conjunto, estão a trabalhar bem, continuarão a trabalhar bem e os fregueses podem estar

descansados. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. De seguida deu a palavra à Deputada Teresa Martins. -----

Teresa Martins (BE) – Não quer criar uma questão que eventualmente não possa não existir, mas de qualquer maneira, porque parece que às vezes a memória, não interessa, não importa, quer sublinhar o que afirmou o Mário Moutinho, que não têm nada de pessoal em relação a nenhuma das pessoas, tendo pessoalmente uma relação cordial com todos os que aqui estão presentes. Mas quer lembrar que, como todas as pessoas sabem, nesta Assembleia, nas últimas Atas do Executivo, aparecia e era notado que o Sr. Ricardo Baptista não votava boa parte dos documentos, nomeadamente aqueles que eram mais polémicos. Podemos prosseguir e fazer de conta que isso não é uma questão e passar por cima e vão com os argumentos pessoais, perfeitamente válidos, não estão aqui a questionar a vida de ninguém, era o que mais faltava. Evidentemente a Democracia prevê isso, mas não vão fazer de conta que não havia um problema anterior. Parece que estamos a brincar aos tontos e não existem tantos tontos. É só para ficar claro. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Aproveitou para agradecer pois há pouco tinha-se esquecido ao Ricardo Baptista por toda a colaboração que deu ao Executivo. As pessoas têm direito a votarem não e a votarem sim. Quis agradecer toda a colaboração que deu a este Executivo neste período de um ano e tal. Espera que continuem sempre a trabalhar em prol dos fregueses porque isso é que é importante. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra ao Deputado Gianpiero. -----

Gianpiero Zignoni (RM) – Interveio para agradecer ao Ricardo, pois ele e o Alexandre tiveram uma brevíssima passagem pelo Executivo e sabem bem o trabalho que dá. Agradeceu ao Ricardo a disponibilidade. Não são propriamente uma ditadura, entende que ninguém tem medo do Presidente da Junta ao ponto de poder ou não, dizer que não. Portanto, acha que nesse sentido estão bem entregues. Para finalizar caso a esta Assembleia, se assim o aprove, deixar já aqui registado um caloroso abraço ao seu amigo Artur Saldanha, pois ainda não chegou ao nível de poder ter trabalhado com ele. Com o Mário Moutinho já teve essa sorte, mas está muito contente por o ver, caso a Assembleia assim o aprove, por o ver a trabalhar com o nosso Executivo. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Perguntou se mais alguém pretendia intervir, mas ninguém se inscreveu. Afirmou que iria convidar, como é habitual, um elemento da Assembleia que se disponibilize para ajudar nesta eleição do Vogal para o Executivo. Disponibilizou-se o Deputado Miguel Antunes (PSD). Afirmou que a questão colocada é recorrente e tem sido realizado dessa forma, incluindo quando foi feita em lista na tomada de posse. Consultaram juridicamente e é assim que se deve proceder. O voto contra, é não votar. Perguntou se os Membros da Assembleia, se sentem mais confortáveis, se a explicação for jurídica? Se existem dúvidas, tentam esclarecer. Solicitou à Dra. Alexandra Cachucho, aqui presente, que possa esclarecer as dúvidas, tendo de imediato a própria esclarecido todos os presentes. O Sr. Presidente da AF afirmou que tem de ser eleito com a maioria dos votos a favor e como são 19, é fácil de fazer as contas. De imediato procedeu-se à votação, para a eleição do Sr. Augusto Artur Saldanha, por voto secreto, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor:11; Votos em branco: 8. De seguida, deu os parabéns ao Sr. Saldanha. De seguida, deu a palavra à Deputada Teresa Martins. -----

Teresa Martins (BE) – Interveio para agradecer ao Ricardo, pelo trabalho que certamente



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature and initials in blue ink.

realizou no Executivo e acima de tudo para desejar, aqui, um bom trabalho também ao Sr. Saldanha, porque e voltam a sublinhar, têm grande apreço e desejar profundamente, que se mantenha independente e crítico como também já nos tem habituado a ver nesta Assembleia, durante este mandato, mas também em mandatos anteriores. Desejam que possa ser um contributo, uma mais-valia. Estão convencidos de que certamente será uma mais-valia também para o trabalho deste Executivo e esperam que possa colocar aqui, ao dispor da Freguesia, mais uma vez, aquelas que são as suas capacidades, com rigor e com sentido crítico.

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada. Lembrou que neste momento, falta um elemento na Assembleia. Como têm todos vontade de falar, está a deixar os trabalhos decorrerem normalmente e deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que a CDU não quer obstaculizar nada, nunca quiseram desde o início, o que quiseram é que fosse cumprida a legislação. Aqui ficaram algo baralhados, nesta situação e porquê? Na altura não se apercebeu, mas o Sr. Ricardo deveria ter tomado o seu lugar na Assembleia. A pessoa que o substituíra deveria de sair. De seguida, haveria a eleição e depois teria de vir uma pessoa para aqui. Para que haja um lugar vago no Executivo e seja necessário eleger outra pessoa, como é óbvio tem de haver uma vaga. É importante a pessoa que estava no Executivo sair, ir para a Assembleia tomar o seu lugar, o substituto ir embora e depois eleger-se um novo Membro da Junta. Em relação ao boletim de voto, não existe qualquer questão. O boletim de voto poderia ser decidido pela Assembleia de Freguesia, se tinha a posição escrita, voto contra, a favor e abstenção, poderia ter sido feito um boletim desse género. Mas, este boletim serve perfeitamente desde que exista uma maioria de votos, não existe problemas. Agora se aparecessem só 9 votos a favor e 10 em branco, por exemplo, não haveria eleição. Esta outra situação é que em determinado momento, o Executivo tinha 8 vogais, ou 8 membros se quisermos, o Presidente e 7 vogais. O Ricardo tinha pedido, mas ainda não tinha sido substituído. Afirmou que tinha algumas dúvidas sobre a segurança jurídica desta situação. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Se o deixaram continuar, de imediato dá posse ao elemento que se segue. Mas se os Srs. Deputados quiserem falar, estão no seu direito. Está a falar para todos, incluindo o Sr. Presidente. Afirmou que a D. Cristina Barbosa ainda não tomou Posse nesta Assembleia. De seguida informou que iria chamar a Sr^a Deputada Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa de Medeiros, para se dirigir à Mesa. A Mesa, formula votos dos maiores sucessos, quer ao Sr. Artur Saldanha nas novas funções, quer ao Sr. Ricardo Baptista, na Assembleia, bem como para a D. Cristina Barbosa. Agradeceu a todos o contributo nesta Freguesia. Reafirmou que entrou o Ricardo Baptista para a Assembleia, no lugar de Inês Pires Moreira. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta e de seguida iriam retomar a ordem de inscrições já efetuadas. -----

Presidente da Junta – Afirmou que as Assembleias desta União demoram sempre muito porque se discute muitos assuntos e existem muitos advogados. Enviou um Parecer da CCDRN ao Sr. Deputado Vítor e que passou a citar: “A renúncia só não produz efeitos imediatos no caso dos Vogais da Junta de Freguesia, visto que a sua substituição depende da pré eleição na Assembleia de Freguesia sob proposta do Presidente da Junta, pelo que o eleito renunciante deverá assegurar funções de acordo com o princípio da continuidade do mandato até ser substituído”, fim de citação. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra ao Deputado Miguel Antunes. -----

Miguel Antunes (PSD) – Interveio só para agradecer à Inês Moreira toda a dedicação que teve junto da equipa da Assembleia e durante este tempo todo que colaborou. Não é fácil para quem está a tirar um curso superior e ainda conseguir, passa a expressão, “dar uma perninha”



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**

nas discussões internas do que vão transformar as suas reuniões. Não é fácil estar presente nas reuniões e também não é fácil, muitas vezes para a Inês, estar presente nas Assembleias de Freguesia. Agradeceu o seu desempenho. De seguida deu as boas-vindas do Ricardo, que não é um elemento estranho para ninguém e desejar as maiores felicidades ao Executivo daqui para a frente. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Gianpiero. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto-RM) – Afirmou que já deu as boas-vindas ao seu Amigo Saldanha. Quer também dar as boas-vindas à Cristina que agora vem compor a bancada do Aqui há Porto-RM. Também quer agradecer à Inês que lhes fez companhia durante um bom tempo e esperam revê-la em breve. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Ricardo Baptista. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Interveio para dizer que quer agradecer a honra de servir esta União de Freguesias. Aprendeu imenso com todos no período em que fez parte do Executivo e a Democracia é assim. Nem sempre estão de acordo, nem sempre estão contra, às vezes votam a favor, outras contra. Gostou sempre de partilhar o lugar que esteve no Executivo. Aproveitou também para tirar algumas dúvidas e afirmou que o PSD continuará a colaborar de uma maneira diferente com este Executivo. Neste momento estão com duas pessoas representadas no Executivo, mas continuarão a colaborar de maneira diferente. A sua saída do Executivo deve-se a motivos profissionais e pessoais. Quis salientar que por motivos profissionais, não pode continuar, mas estará de uma maneira diferente na Assembleia. Quer desejar a melhor sorte ao Sr. Saldanha e um bom trabalho. Por último, dirige-se à sua bancada partidária e agradece à Inês. Pede desculpa por vir tão pouco tempo aqui, hoje, à Assembleia. De certeza que virá aqui mais vezes representar esta União de Freguesias. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. De seguida entrou-se no Ponto nº 2 da O.T. “Apreciação e Votação da Minuta do Contrato Interadministrativo do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense – Edição 2023”. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que ainda anteontem, tiveram uma sessão pública e notam as Associações e as Entidades a aproximarem-se desta Junta de Freguesia, deste Executivo, devido ao bom trabalho que estão a fazer. Este Executivo tem-se esforçado para chegar a todas as Associações, apoiar todas as Entidades da Freguesia. Pediu desculpa, pois o ano passado, houve realmente um atraso. Foi uma Delegação de Competências da CMP para as Juntas e foi um primeiro ano, não foi um atraso desta Junta em concreto, mas sim um atraso de todas as Juntas. Este ano querem resolver esta situação muito rápida querem apoiar as Associações e o Fundo de Apoio ao Associativismo para que as Associações possam fazer frente às dificuldades que enfrentaram no Covid e pós-Covid. Portanto, quer salientar e chamar a atenção dos Srs. Deputados. Para quem não viu, na passada 3ª feira, estiveram imensas pessoas, tiveram os Parabéns de várias Entidades pelo trabalho que estão a desenvolver. Foi um enorme ato de Democracia, o Deputado Mário teve o privilégio de assistir na 1ª fila. Foram 45 projetos apresentados ao orçamento Colaborativo. No Fundo de Apoio ao Associativismo, o ano passado tiveram 44 candidaturas, no valor de 800.000,00€. Foi impossível chegar a todas. Conseguiram apoiar 20, quase uma taxa de 50%. Esperam, este ano, conseguir apoiar outras tantas, pois infelizmente só têm 120.000,00€. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente. De seguida deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que ficou um pouco confuso pois julgava que estavam a discutir o





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature in blue ink.

Fundo de Apoio ao Associativismo da proposta do Contrato Interadministrativo para o Fundo ao Apoio ao Associativismo, mas começaram a falar no Orçamento Colaborativo e não sabia do que estavam a falar. Em relação a este Fundo é sempre bom ficar recordado que o Fundo para o Associativismo em 2017, era uma Proposta eleitoral unicamente da CDU e conseguiu-se que fosse aprovada em 2019, nessa altura, com apenas 400.000,00€. Em 2020/2021 conseguiu-se aumentar para 800.000,00€. Em 2020, durante a Pandemia propôs-se ainda uma linha de apoio de emergência às Associações de 150.000,00€, que beneficiou 186 Associações e também por Proposta da CDU. O valor aumentou dessa linha de apoio de emergência, para 220.000,00€ em 2021, elevando desta forma para 1.020.000,00€, valor total de Apoio ao Associativismo que a CDU conseguiu fazer aprovar nesse ano. Já neste novo mandato, em 2022, o Movimento Rui Moreira/PSD reduziu o valor para 840.000,00€ embora anunciando 875.000,00€ por terem acrescentado 35.000,00€, unicamente para as Juntas. Foram apoiadas apenas 24 Associações em 2019, 97 em 2020, parecia uma coisa interessante e apenas 28, em 2021, no Quadro do Fundo do Apoio ao Associativismo. Com este novo modelo serão agora apoiados 89 Projetos em 2022, o que é melhor do que em anos anteriores. Mas fica muito longe do nº de Associações existentes, em particular as mais tradicionais e frágeis. Houve Associações que como tinham temido, que se aproveitaram da pulverização, conseguiram apoios em várias freguesias, pelo que os 89 Projetos correspondem, na verdade a 80 Associações, metade delas de âmbito regional ou mesmo nacional. Houve 7 Associações contempladas em várias Freguesias, 5 foram contempladas em 2 Freguesias, 1 foi contemplada em 3 e houve mesmo uma que foi contemplada em 4 Freguesias. Apesar de todas estas questões continuam a valorizar muito este Fundo e este Apoio. Mas é por demais evidente que é insuficiente pelo que continuam a insistir que a Câmara deve reforçar o seu montante. Ainda sobre esta questão lembra que o processo de atribuição de apoios previstos para 2022, teve início em janeiro do ano passado. Catorze meses depois ainda não foi entregue qualquer valor. É certo que mais vale “tarde do que nunca”, mas como já existe atraso este ano comparativamente com 2022, deseja que isto não se venha a traduzir em atrasos ainda maiores. Sabe-se que a Junta convidou várias Entidades para uma cerimónia de entrega dos valores de 2022, que terá lugar no próximo dia 17, mas não convidou os Membros desta Assembleia que foram quem decidiu a atribuição das verbas, pois é o que está no documento. Acontece que a tal cerimónia vai decorrer nesta sala, onde se encontram e que no mínimo é de gosto duvidoso. Agora pretende falar de questões que gostaria que fossem respondidas. Que esforço é que foi realizado para debater este processo com o Movimento Associativo no sentido de o melhorar? Que balanço faz a Junta sobre os resultados do Processo de 2022 e formas de o tornar mais justo e abrangente, agora em 2023, nomeadamente no quadro do Regulamento? Vai esta Assembleia ser ouvida quanto à constituição do Júri e sobre as condições de atribuição? Por último, quanto à entrega dos apoios de 2022 no dia 17, vão os Membros desta Assembleia ser formalmente convidados para estarem presentes? -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra à Deputada Natacha. -----

Natacha Meunier (PAN) – Interveio para dizer que relativamente a este Ponto da O.T., esteve a consultar o seu arquivo e verificou que o Sr. Presidente afirmou que “queria que as coisas decorressem mais rápido este ano”, mas crê que estavam a 21/01/2022 a discutir este mesmo tema e que agora estão a discutir em março. Viu a O.T. e convocatória do dia 21/01/2022 e o Ponto 3 era e passou a citar: “Apreciação e Votação do Contrato Interadministrativo do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense - Edição 2022”, fim de citação. Não sabe qual a rapidez a dar ao processo, pois estão a 9/03 e o ano passado foi em 21/01/2022. Estão mais atrasados do que no ano anterior. Relativamente ao documento quer deixar antes de mais um repto,



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**

pois sabe que este Contrato é formulado na CMP e que é trazido à Junta, mas crê que a Junta de Freguesia ainda tem algum poder de negociação em relação a este Contrato. Em relação aos eixos que são apresentados gostaria de deixar aqui um repto porque os eixos aqui apresentados incluem no mesmo eixo Juventude e Ambiente e o PAN gostaria de lançar o repto de que esses 2 eixos fossem separados e que fosse criado um eixo exclusivamente para a juventude e outro para o Ambiente, de forma que as condições de atribuição, bem como os critérios de avaliação também possam ser feitos e elaborados de uma forma diferente e também a inclusão de um novo critério que até agora nunca se viu e que é o bem-estar animal. Relativamente à verba o Sr. Presidente afirmou que foram pedidos 800.000,00€, mas nos seus arquivos tinha só o valor de 750.000,00€. O Sr. Presidente afirmou que o ano passado foram 800.000,00€ e que este ano só tinham 120.000,00€ do ano passado para atribuir. Está a falar do Fundo de Apoio ao Associativismo, não está a falar do Orçamento Colaborativo. Afinal qual foi o valor pedido de Fundo de Apoio ao Associativismo fica a questão e solicita que o Sr. Presidente esclarece este assunto, de qual foi o valor total pedido na edição do ano passado pelas Associações candidatas a este Fundo. Refere como já o disse em outras Assembleias, fizeram um e-mail que nunca lhes foi respondido e nunca lhes foi enviada a lista das candidaturas. Afirmou que gostariam muito de ter acesso a essa lista de candidaturas para perceberem quais foram as Associações que se foram candidatar, quais foram os projetos que estão a apresentar para também eles poderem conhecer melhor o outro lado e perceber o que é que o Júri tem para poder analisar. Ainda assim o seu ponto em relação aos 750.000,00€ ou 800.000,00€ que seja, nas suas intervenções passadas tem este valor. Não sabe se se recorda, mas quando estavam a discutir a Apreciação do Relatório Final foram colocadas várias vezes à consideração do Sr. Presidente os reptos de negociar Junto a Câmara Municipal o aumento desta verba pois verificaram que era claramente insuficiente e ainda assim continuam, ainda com inflação, nem com as percentagens de inflação que estão a observar neste momento e no ano passado conseguiram aumentar esta verba. Muito lamentam que apesar de este apoio ser extremamente importante para as Associações, pois já verificaram pelo nº de Associações que se candidatam, pois entendem que é uma verba extremamente reduzida, uma vez mais para as Associações candidatas. Lamentam uma vez mais que essa negociação não tenha dado frutos e continuem com uma verba de 120.000,00€. Relativamente à divulgação, mais uma vez quis lançar o repto para que este apoio tenha efetivamente uma divulgação eficiente junto das Associações. Entendem que colocar um Edital na porta e um post no Facebook, não é suficiente, o repto do PAN é que juntamente com os serviços da Junta de Freguesia seja feito um envio de e-mail às Associações que desenvolvam trabalho nesta União de Freguesias para que tenham acesso à informação e aos prazos de candidatura e que esta Junta vá um pouco mais além e que crie durante este prazo de candidatura, um gabinete de apoio ao preenchimento de candidaturas para que as Associações mais vulneráveis, as que têm mais fragilidades de estrutura também poderem ter acesso a este apoio. No que diz respeito aos prazos vêm que neste contrato enviado é um bocado copy past do documento do ano passado, pois os prazos mantêm-se os mesmos, falam em apenas 10 dias entre a divulgação e a apresentação de candidaturas. Como já tiveram a oportunidade e correm o risco de se repetirem, dizer que entendem que estes prazos são extremamente reduzidos, é muito difícil principalmente para Associações que não tenham estrutura, nem logística nem que estejam habituadas a concorrer a este tipo de projetos e consigam fazer. Uma vez mais é estabelecido o prazo mínimo no Contrato Interadministrativo, mas gostariam que esta Junta pudesse alargar esse prazo para que existissem mais Associações a candidatarem-se. Relativamente ao formato do Contrato, tiveram aqui algumas questões que foram colocadas por uma colega que é advogada, relativamente à forma do Contrato. Relativamente à clausula 8ª a colega diz e

neste momento faz das palavras dela as suas pois quando se diz e passa a citar: “caso se verifique a existência de uma alteração superveniente de circunstâncias que lesam o interesse prosseguido com a sua superação”, fim de citação. Este conceito para o PAN parece-lhes muito difícil de definir e aplicar. Gostariam que lhes dessem, ainda agora com o apoio jurídico, lhes dessem alguma luz, o que é que pretendem dizer com esta cláusula. Relativamente ao nº 2 da cláusula 7ª, a União de Freguesias enquanto 2ª Outorgante é um prazo de um mês para a apresentação do Relatório de Execução, mas o município não tem qualquer prazo para validar o Relatório. Gostariam de ser esclarecidos desta dúvida. Na cláusula 9ª quando se referem ao período de vigência do contrato que será desde a assinatura do mesmo até à validação do Relatório de Execução que não tem prazo para ser dada, sendo que se prevê no nº 1 da cláusula 7ª, que o acompanhamento do contrato feito pelo município, acompanhando a sua execução. Contudo o mesmo só produz efeito até à validação do Relatório de Execução, o que não faz sentido. Também gostariam de uma vez mais serem esclarecidos sobre esta questão. Resumindo, na leitura de todas as cláusulas, independentemente do previsto na cláusula 9ª, não é claro qual é o período de vigência deste Contrato face ao disposto no nº 2, da cláusula 10ª. São estas as questões que gostariam que fossem respondidas. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Dirigi-se à Deputada Natacha para afirmar que compreende que venha aqui para falar das diversas cláusulas, mas isto é uma Delegação de Competências da CMP à Junta de Freguesia. O Executivo Municipal envia para a Junta, mas já está decidido. O PAN, a CDU estão no Executivo Municipal, podem muito bem solicitar as alterações, as satisfações, inclusive, que esforço foi feito. O Sr. Vítor pergunta que esforço foi feito para conseguirem aumentar a verba. Afirma que gostava que ele fosse ouvido no Executivo Municipal. Ele próprio não tem acento no Executivo Municipal. Estão a tratar aqui de aprovar um Contrato que é delegado à Junta. A CMP delega à Junta este Contrato. A Assembleia de Freguesia aprova ou não aprova. As alterações a este Contrato, as questões das cláusulas é com o Executivo Municipal, já que a Junta não tem como conseguir chegar ao Executivo Municipal, depois de estar aprovado o Contrato e dizer que querem determinadas alterações. Afirmou que a Srª Deputada vem perguntar se é 800.000,00€ ou 750.000,00€, mas tinha em seu poder os números e se lesse, estava escrito os valores em concreto dos pedidos. No Relatório Final tem as candidaturas que entraram, os pedidos e as que foram aprovadas. Afirmou que a Srª Deputada gostava de ter a lista das candidaturas, mas se calhar também gostaria de fazer parte do Júri. Isto tem procedimentos e a Srª Deputada pertence a um Órgão que tem a competência de aprovar e que aprovou o Relatório Final. Aproveitou para dizer que o ano passado aprovaram o Contrato mais cedo, mas foi-lhes delegado as datas para implantação do Contrato posteriormente, ou seja, as Juntas de Freguesia abriram todas ao mesmo tempo, porque só quando terminou a Delegação de Competências ou quando a Câmara transmitiu à Junta que poderiam avançar é porque tudo estava em ordem e foi nessa altura que se avançou. Foi aprovado em janeiro, mas avançou-se tardiamente não por culpa das Juntas, mas por ser uma 1ª vez. Este ano querem ultrapassar isso. Quanto ao Gabinete que falou para dar apoio, quis dar a seguinte explicação: A Srª Drª Alexandra Cachucho começou agora a trabalhar com a Junta e fez um esforço enorme e sabe que o Sr. Deputado vai afirmar que não é o Colaborativo e o Associativismo. No Colaborativo chegaram 45 candidaturas e nenhuma delas foi registada. Tentaram ajudar todas as pessoas e reuniram a documentação, tentaram com o gabinete jurídico da Junta com a Drª Alexandra que prestou um serviço magnífico a todas as Associações, a todas as Entidades que se candidataram para que todas as pessoas conseguissem. Afirmou que é assim que se iria proceder com o Associativismo. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra ao Deputado Mário Moutinho. -----

Mário Moutinho (BE) – Afirmou, antes de falar sobre transferência de competências, que o Sr. Presidente referiu a sua presença na passada 3ª feira, nesta mesma sala, mas não foi convidado, entrou porque era uma sessão pública. Não é que seja algum problema, mas é para ficar claro. Registam com algum agrado algumas das coisas que aqui aconteceram, é preciso dizer. É certo que foi uma sessão sobre o Orçamento Colaborativo, mas não quer falar sobre ele, pois estão a discutir outra questão. Mas o que viram na sessão, pareceu-lhes que de certo modo, tudo correu bem, de uma maneira séria e digna, teve de certa maneira, um bom cheirinho a alguma participação comunitária. Existem ainda muitas coisas a melhorar, de facto, mas registam que o Executivo tentou fazer bem, considerando as regras em que se podem mover, esse é que é o problema. A única apreciação menos positiva deste facto foi talvez ter terminado muito tarde, as Associações falaram nisso. Foi bom que as respetivas Associações apresentassem os seus 15 projetos, a lógica do boletim também lhes pareceu bem porque implicava apreciar todos os projetos e não apenas votarem num preferido e a sugestão que vão fazer noutra altura, quando falarem novamente no Orçamento Colaborativo, será relativo à divulgação e, nesse aspeto, estão de acordo com a Deputada do PAN. Pensam que a divulgação pela Comunidade/Freguesia deve ser melhor, pois a divulgação continua muito circunscrita às pessoas que apresentam os projetos e que estão nas Associações, o que origina que os promotores dos projetos e os seus amigos sejam os únicos que vêm e que vão votar. Claro que terão mais votação aqueles que têm uma maior claqué. Isto gera aqui algumas situações que têm de pensar no futuro quando discutirmos o Orçamento Colaborativo. É evidente que lhe cumpre registar a melhoria dos procedimentos, o bom funcionamento e a organização da sessão. Isto só para dizer que também não fazem só críticas, mas também registam o que correu bem. Sobre a transferência de competências em si mesma e concretamente e este documento que estão a analisar, vale a pena sublinhar alguns aspetos. Não vai repetir algumas coisas que foram aqui ditas, quer pelos Deputados Vítor e Natacha, porque não vale a pena estar a perder tempo. Também não vai repetir aquilo que eles disseram e previram nas sessões anteriores, quer pelos camaradas Miguel Semedo e Rita Aires. Em 1º lugar o valor e a disponibilidade para o apoio são claramente insuficientes para as necessidades. Já aqui foi dito, mas é forçoso, é imperativo, dizer, sublinhar, gritar: 120.000,00€. Tal como vinham alertando nas suas intervenções sobre este assunto, também o Relatório do ano passado refere a clara insuficiência de valor face à quantidade dos pedidos efetuados. Não foi só o BE, o próprio Relatório diz isso. Embora tratando-se de um outro programa, puderam observar na semana passada, na 3ª feira, na apresentação das candidaturas para o chamado Orçamento Colaborativo, foi que a maioria das propostas foram apresentadas por estruturas associativas, onde foram apresentados projetos principalmente com valências sociais e artístico-culturais a que os diversos deveres públicos não têm respondido e deviam responder. Uns por uma alegada falta de verbas, mas a grande parte não responde por insensibilidade social e muitas vezes por desconhecimento ou incompetência. São poucas verbas para tantos projetos. Conheciam bem o tecido associativo da Cidade. Sabem bem da importância do trabalho que desenvolvem e o que poderiam fazer se tivessem os apoios minimamente dignos para os desenvolver. Sabem também distinguir, isto é importante, esta atividade meritória de outras, poucas, felizmente, propostas de circunstância. O trabalho do Júri será, também neste caso, tarefa nada fácil e de grande responsabilidade. O BE não está aqui a levantar nenhuma bandeira, mas conhecem muito bem o tecido associativo da Cidade do Porto. Está previsto explicitamente neste Contrato Interadministrativo que o Relatório Final do Fundo seja submetido à apreciação por esta Assembleia de Freguesia.



Atendendo a que o Regulamento que designará as condições de atribuição dos apoios é a chave de todo este processo, deveria ser explicitada neste contrato, a obrigatoriedade da vinda desse documento à apreciação da Assembleia de Freguesia, tal como acontece com este Contrato ou com o Relatório Final. Consideram que continua a fazer sentido que o Regulamento-documento que regula as condições de atribuição, seja apresentado e discutido pela Assembleia de Freguesia, dando sentido à votação do documento hoje apresentado e à votação do relatório final. Para ser mais claro, não faz sentido a aprovação genérica do contrato interadministrativo e depois do relatório sem que se votem aqueles que são os critérios que de facto dão impacto ao Procedimento. Isto é, eles votam este Contrato, no final votam o Relatório e o principal e o fundamental, o que define critérios, não votam, assinam em branco. É impensável, não faz sentido, é uma questão de lógica. Fazer isto desta forma é esvaziar a competência da Assembleia de Freguesia, colocá-la apenas num papel burocrático, passando cheques em branco a um Júri que não se sabe quem é e de que forma foi escolhido, numa forma absolutamente arbitrária, ainda que legítima, pelo Executivo. Existem ainda outros aspetos concretos a ter em conta, como a necessidade de rigor com os Procedimentos legais subjacentes a estes processos. O alargamento dos prazos para submissão das candidaturas pelas Associações a partir do momento em que são divulgadas as condições de participação e de ilegitimidade para o apoio. Por outro lado, apesar de já ter sido dito, mas entende que é preciso reforçar, neste Contrato está Juventude e Ambiente, junto. No entender do BE é um absurdo em qualquer parte do mundo. Aproveitam o momento, uma vez que se vai iniciar agora um novo processo de atribuição do Fundo de Apoio ao Associativismo, alertar para a necessidade de se evitarem erros, confusões e episódios que não dignificam o trabalho das Autarquias Locais, nomeadamente nesta e que decorreram nas edições passadas. Tudo leva a crer que os processos serão melhores, considerando que ouviu na passada 3ª feira. De qualquer forma, fica aqui o alerta. Fez novamente a chamada de atenção para os documentos que apresentaram em Assembleias anteriores sobre este assunto. Existe um aspeto que parece fundamental. Ainda hoje foi dito aqui, pelo Sr. Presidente da Junta e passou a citar: “Isto é uma Delegação de Competências, não podemos fazer nada, já está feito, só temos de assinar em branco”, fim de citação. É uma negação absoluta de discutir com a Câmara. Isto também é impensável, também não é aceitável. Fica aqui a pergunta: Os problemas são levantados, as Associações levantaram as questões, a sociedade civil levanta as questões e aqui na Assembleia vêm a Câmara passar, como ficavam a ver os elétricos, antigamente. O Executivo fez propostas à Câmara para alteração? O Executivo pretende melhorar este serviço importantíssimo e fundamental para as Associações da nossa região? Que diálogo é possível fazer? Que ele próprio saiba, nem o Presidente da Câmara nem o seu Executivo fecham a porta ao diálogo com qualquer Presidente da Freguesia que queira dialogar com eles para fazer propostas de melhoria de qualquer documento. No seu entender é uma acusação muito grave que se faz ao Dr. Rui Moreira e o BE tem muitas coisas contra o Dr. Rui Moreira, mas essas acusações não são capazes de fazer. O Sr. Presidente da Junta está a fazê-la com grande gravidade. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para dizer que quando o Sr. Deputado coloca palavras na sua boca é gravíssimo. Não acusou o Dr. Rui Moreira de nada. O que referiu é que o Executivo Municipal delibera o Contrato e quando ele chega às Juntas de Freguesia, fazem o que lhes compete e fizeram. A Junta fez propostas para mudar algumas coisas. Solicita ao Sr. Mário Moutinho mais uma vez, veio aqui e no início da sua intervenção, veio dar-lhe umas palmadinhas nas costas e acaba a sair daqui a proferir coisas que ele próprio não disse. Isso é

gravíssimo. Quando o Sr. Deputado Mário Moutinho lhe dá palmadinhas nas costas, já começa a desconfiar e que vai acabar por lhe dar uma facada. No que diz respeito aos convites, como disse e muito bem, é uma sessão pública. Foi uma sessão pública do Orçamento Colaborativo e só viu o Sr. Deputado Mário Moutinho e mais ninguém. Vão ser convidados e também esteve presente uma Deputada do PS da Assembleia Municipal. O Sr. Vítor está todo incomodado com o convite para depois colocar no lixo, porque não aparece. Falou nas claques que aparecem para votar, mas isso também é democracia. Estão a falar que é pouco mas são 120.000,00€ para cada uma das 7 Freguesias. Estão a falar de 840.000,00€ para a cidade. Portanto, se isto começa com cerca de 400, como diz o Amigo Vítor, já vai com 840.000,00€, mais 35.000,00€ para os serviços Administrativos, para as 6 Freguesias, são 875.000,00€ para o Fundo de Apoio ao Associativismo. Os termos e condições não é um Regulamento, são os termos e condições que é elaborado pelo Júri. Mas o Júri tem como base nos critérios essenciais que os Srs. Deputados têm no anexo, que são condições que já vêm da CMP e que não podem mexer neles. Os Srs. falam em Desporto e Juventude que está no anexo, já vem da Câmara. A Junta já fez Propostas pois havia itens que se poderiam melhorar, é verdade. Mas a Junta recebeu assim a Delegação de Competências e isto era um Fundo de Apoio ao Associativismo quer da Câmara, era entregue pela Ágora, sabem disso. Foi entregue às Juntas e receberam assim, conforme está explícito no anexo. Tem os critérios essenciais, as condições gerais que devem cumprir. Estão aqui para deliberar, se aceitamos ou não. A Assembleia dura até muito tarde porque os Srs. querem que a Junta de Freguesia tenha competências que não consegue ter e que faça aqui alterações num Contrato que não é possível executar. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. De seguida deu a palavra do Deputado Mário Moutinho. -----

Mário Moutinho (BE) – afirmou que nunca o ofenderia, de forma nenhuma. Primeiro, não dá palmadinhas nas costas, dá abraços, mas só quando são merecidos. O Sr. Presidente da Junta afirmou que o Dr. Rui Moreira não o ouvia, ou que o Executivo não o ouvia. O que acontece é que o Sr. Presidente disse aqui, mais do que uma vez, em diversas Assembleias e ainda hoje, o afirmou e passou a citar: “Nós não podemos fazer nada, este documento já vem assim e não podemos fazer nada”, fim de citação. Ainda há instantes o disse. O que quer saber é se isso funciona como desculpa, pois o que quer saber é se o Sr. Presidente da Junta faz propostas à Câmara de alteração, não é chegar aqui e dizer está aqui o documento e agora temos de fazer tudo. O que acontece é que fazem essas perguntas e precisam de uma resposta. Se chegaram à Câmara e fizeram estes ou aqueles pedidos de alteração e não foram aceites, precisamos de saber para que os nossos representantes na Câmara junto do executivo perguntem o seguinte: “Há um elemento da Junta de Freguesia do Centro Histórico que propôs isto, isto e isto e não foi aceite, porquê?”. É isso que o Bloco pretende saber. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Sr. Miguel Antunes. -----

Miguel Antunes (PSD) – Por aquilo que teve oportunidade de ouvir o que todos querem é uma idoneidade e uma clareza profunda em todo este tipo de concursos e acredita que sim. A própria Junta e a própria Câmara o tenham nomeadamente no Júri que exista idoneidade e capacidade para poder eleger quem é ilegível para este tipo de apoios. É complicado quando aparecem muitas Associações, acredita que sim. Em relação ao ponto de partida, ele é igual para todos. Em relação às claques, agarrem-se a quem puderem e venham fazer claques e barulho. O prazo é igual para todos. No fundo o que querem é que as coisas sejam transparentes, que sejam rápidas e céleres porque estas Associações precisam, de facto, do apoio da CMP. Há e conforme afirmou a Deputada Natacha, o Sr. Vítor e o Sr. Mário Moutinho, existem de facto aqui algumas coisas que podem questionar se podem melhorar. Claro que



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

sim, há áreas de melhoria, em todos os sentidos. Não vão empatar mais tempo, vão avançar e vão de facto corrigir e darem sim oportunidade numa próxima reunião do género, a Junta ou a Assembleia ter a capacidade de se afirmar e ter a sua notoriedade perante a Câmara Municipal para se poder pronunciar. Isso está nas mãos do Sr. Presidente. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra à Deputada Natacha. -----

Natacha Meunier (PAN) – Começou por dizer ao Sr. Presidente que ouviu a sua intervenção e não pode deixar de sentir algo ofendida pelas suas palavras, sentiu algum paternalismo na forma como se dirigiu a ela e gostava que tal não viesse novamente a acontecer. Já chega da sociedade patriarcal em que vivemos. Quando o Sr. Presidente afirma que ela antes quer ser Júri, esclareceu o Sr. Presidente que fez o trabalho como eleita para esta Assembleia que lhe compete fazer, foi requerer informação não se quer substituir, nem propor a Júri. Não é essa a sua intenção e agradece que não lhe dirija a palavra se não soubesse o que está a fazer, nem as competências que lhe foram delegadas em que foi eleita para esta Assembleia. O que lhe solicitou, através do Sr. Presidente da Assembleia e o que pediu a esta Junta de Freguesia, foi uma lista de candidaturas, não antes do Júri as saber. Óbvio que não se quer substituir a nenhum Júri, mas essa lista serve para fazer melhor o seu trabalho como eleita desta Assembleia de Freguesia, bem como para todos os outros Membros das diferentes bancadas partidárias. Não se quer substituir a ninguém. Solicita que o Sr. Presidente possa refletir sobre isto e de que forma como a ela se dirigiu. Quando o Sr. Presidente afirma que estão aqui a perder muito tempo para aprovar um documento, agora não só individualmente a ela, mas a qualquer Membro desta Assembleia. É o trabalho dos Membros da Assembleia deliberar sobre estas questões, perca-se o tempo que tiver de se perder, até ficarem todos esclarecidos e servirem as pessoas a quem estão a servir da melhor forma possível. Afirmou que não lhe dá jeito ficar até tão tarde, também trabalha e tem muitas coisas para fazer. Assume com responsabilidade o cargo para a qual foi eleita. Afirmou que existem questões formais que aqui não fazem sentido e o PAN solicitou esclarecimento. O Sr. Presidente tem a sua Assistente Jurídica ao seu lado que está a fazer o melhor trabalho, tem toda a certeza em esclarecer tudo isto. É para isso que aqui estão e se formalmente este contrato não está correto, se tem dúvidas ou se abre caminho a dúvidas, o nosso trabalho aqui é tentar esclarecer e que este documento fique o mais correto possível. Isso desconstrói a ideia do Sr. Presidente de que não há poder absolutamente nenhum desta Junta de Freguesia de debater as cláusulas do contrato. Em nenhum lugar da História se fala em 1ª e 2ª Outorgante, relativamente a um contrato, quando o 2º é simplesmente submisso em relação ao que o 1º tem para dizer. Entende que é uma questão negocial, é uma proposta de contrato da Câmara. Se isto não precisasse de ser discutido, a Câmara nem sequer tinha nenhum processo instalado para que fosse deliberado para que fosse aprovado. Existe este poder negocial e esse poder não só é feito na Assembleia quando propõem todas estas questões para o Sr. Presidente poder refletir, mas também nas suas reuniões entre Presidente de Junta e Presidente ou Executivo Municipal. Relembra uma vez mais em que o Sr. Presidente afirma que não se pode fazer nada, que está tudo feito, mas o Sr. Presidente pertence ao mesmo grupo político que está eleito demonstrada na CM. Não percebe esta sua demonstrada incapacidade de poder fazer o que quer que seja se o Sr. Presidente pertence ao mesmo grupo político que está eleito. Acredita que este fator facilite o diálogo e que facilite fazer passar os interesses desta Junta de Freguesia junto da CMP. Caso contrário, não entende porque é que o Sr. Presidente afirma que não pode fazer nada e é o seu grupo político que está eleito, no qual o Sr. Presidente confia e representa. Relativamente às claques que o Sr. Deputado do PSD falou, gostava de discordar, pois entende que existe uma questão a ponderar. É preciso dinheiro para fazer





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature in blue ink.

dinheiro, neste caso até nem é preciso dinheiro. São os mais fortes, quem já está habituado e sabem como é que funciona a burocracia estatal que infelizmente ainda tem um modus operandi arcaico. Sabem como é que isto funciona e sabem que muitas das Associações são pequenas, mas o mérito não é retirado quando a Associação é pequena ou tem menos meios. Quis esclarecer que discorda no que diz respeito às claques, pois entende que pode ter um impacto muitas vezes contra procedente em relação àquilo que se quer. Entende que devem divulgar, fazer as coisas de uma forma para que não sejam sempre os mais privilegiados a poderem ganhar e as pequenas Associações também possam ter acessos a estas condições de financiamento porque o mérito não lhes é retirado por serem pequenas. De seguida termina a sua intervenção e agradece. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para pedir desculpa à Sr^a Deputada e pergunta se ofendeu alguém quando afirma que a Sr^a Deputada recebe a informação e que a deveria ler. Pergunta se ofende alguém quando afirma que esta Assembleia está aqui para deliberar sobre um contrato que lhes é colocado. É um contrato consensual é verdade, mas é uma Delegação de Competências, é um contrato que já tem condições. Explicou que ao fazer parte do Movimento só tem de se orgulhar. É um Movimento que coloca no Fundo de Apoio ao Associativismo 840.000,00€ por ano. É um Movimento que se viu que as Associações, todas as Entidades estão próximas da Junta de Freguesia, estão próximas da Junta de Freguesia, estão a fazer um trabalho magnífico. As Assembleias públicas estão cheias, as Associações estão aqui. Isto quer demonstrar transparência e que as Associações acreditam no trabalho que se está a fazer nesta Junta. Acreditam neste Fundo de Apoio ao Associativismo, acreditam que vão ser apoiadas. Por isso é que têm a sala sempre cheia. Aproveita para dizer o seguinte: ele próprio tenta negociar com a Câmara. Como este ano já foi deliberado em Executivo Municipal podíamos fazer e fizeram, com a ajuda da Sr^a Dr^a fizeram propostas e provavelmente no próximo deverão melhorar. Estão a trabalhar. A melhor prova de que estão a trabalhar bem é receberem as candidaturas que receberam. Nunca esta Junta tinha conseguido concretizar um Orçamento Colaborativo. Executou pela 1^a vez o Fundo de Apoio ao Associativismo. Apoiaram 20 Associações. Tinham 800.000,00€ de pedidos, conseguiram apoiar quase 50% das candidaturas. Ajudaram todas as Coletividades. Quis chamar a atenção sobre o assunto das claques. Nas sessões públicas do Fundo, não existe sessão pública do Fundo de Apoio ao Associativismo. Entende que não é tema para trazer aqui. Quanto às do Colaborativo, a votação do público representa 20%. É nada. O público que está presente, pode entender que um projeto muito bom e o Júri pode não concordar. Quer chamar a atenção dos Srs. Deputados que o mais importante está a ser feito. É a aproximação com as Coletividades, com as Instituições da Freguesia, estão a receber as candidaturas, estão a ajudar todas as pessoas e se estão a receber muitas candidaturas é sinal de que as pessoas acreditam tanto no contrato, como na Junta e como no Procedimento que se está a trabalhar. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – afirmou que se revê em muitas das coisas que foram ditas, quer pelo Mário Moutinho, quer pela Natacha Meunier, no que diz respeito à aqui forma como isto se tem processado. Ao Sr. Deputado do PSD quer recordar que não perdem tempo quando discutem coisas, porque como isto aconteceu desde o início, por não se discutirem as coisas, de querer fazer as coisas à pressa, foi necessário mais tarde, perder tempo a reeleger novamente o Executivo por não quererem discutir. É tudo a andar para a frente. Foi a mesma coisa com a aprovação do Orçamento Colaborativo, dos Acordos Interadministrativos, é tudo





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

para a frente e o Regulamento é mais para a frente. Depois não foi. Era tudo com o Plano de Atividades e Orçamento para 2022 que depois até já iam votar a favor. Em relação a este orçamento relativo ao Fundo de Associativismo e aproveita para dizer que vai ler, que é aquilo que vão aprovar, é o Contrato Interadministrativo é o documento que começa pela palavra Minuta e passou a citar: “Pelo exposto, nos termos das disposições conjugadas do artº 29º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e, por remissão deste, dos artigos 120º, 123º, nº 3 e 131º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, em cumprimento da Câmara Municipal de ----de ----- de 2023, da Assembleia Municipal de ---- de -----de 2023 e da Assembleia de Freguesia de ----- de -----”, fim de citação. Não vê aqui a Junta ou o Presidente da Junta. Aqui está o que vai ser votado. É a Assembleia de Freguesia que vai autorizar o Executivo a executar uma tarefa que é da Câmara e que a Câmara lhe delega. Isto é para terem bem a noção do que é que se está aqui a discutir. Por outro lado o Sr. Presidente referiu aqui que até apresentou propostas de alteração. Não conhece propostas nenhuma que tenha apresentado, porque ao olhar para este documento e ao olhar para o documento do ano passado, tirando pequenas correções de pormenor como uma remissão que estava errada e pouco mais, não existe diferença. Agora o Sr. Presidente afirma que não é possível fazer nada porque já vem tudo decidido. Se fosse decidido assim então mais valia ser a Câmara a tratar, não precisavam de estar aqui a decidirem. Quanto a isso não pode partilhar da opinião do Sr. Presidente na medida em que o outro documento que é intitulado Fundo de Apoio ao Associativismo Edição 2023 – condições de atribuição de apoio financeiro, têm o artº 5º - Fase de definição de candidaturas que no ponto 1 refere que a Junta indica o Júri de 3 efetivos e de 3 elementos suplentes. No ponto 2 diz, e passou a citar: “O Júri referido deve definir os requisitos de aceitação das candidaturas de acordo com o estabelecido nas condições de acesso”, fim de citação. Aí não diz mas vão verificar e as condições de acesso estão no artº 3 e está discriminado que se podem candidatar um conjunto de Entidades que sejam Associações, Coletividades, Clubes e Instituições similares com atividade regular na Freguesia e União de Freguesias respetiva, não profissionais e sem fins lucrativos, que cumulativamente, reúnam os seguintes requisitos legalmente constituídos: Órgãos Sociais eleitos, situação regularizada, não estarem em incumprimento perante o município ou a freguesia, ter a sede estatutária na Freguesia ou União de Freguesias ou uma delegação oficial, ou não as tendo que se proponham desenvolver o seu projeto de candidatura exclusivamente no território da Freguesia. No ponto 2 afirma que se considera e passou a citar: “não profissionais as Associações cujos Órgãos não integram elementos remunerados”, fim de citação. No ponto 4 refere que o apoio a conceder a cada Associação selecionada deve obedecer a limites máximos, não impõe limites mínimos e os limites máximos não são limites mínimos. O valor máximo de 40.000,00€ para obras e 20.000,00€ para projetos diversos, compete à Freguesia repartir o valor máximo por cada um dos 4 eixos de intervenção. Tendo em conta e voltando ao artº 5º, na sua 1ª reunião, o Júri define os requisitos de aceitação, de acordo com o estabelecido nas condições de acesso que estão ali. Depois, estão na alínea b) que refere e passou a citar: “Definir os critérios de seleção das candidaturas para cada um dos eixos estabelecidos que devem obrigatoriamente valorizar a promoção da sustentabilidade e ligação ao território, aprovando a ponderação que será considerada para cada critério. Ou seja, podem alterar, a Câmara está sempre a dizer que podem alterar determinadas características do documento. Foi isso que perguntou aqui. Na sua intervenção começou por recordar que o Fundo foi criado por Proposta da CDU, mas não foi a CDU que o executou. A CDU quer é que ele avance. Em termos de apoio às Associações, ele chegou a 800.000,00€ em 2021, a esses 840.000,00€ somaram-se mais 220.000,00€ da linha de Apoio de Emergência, pelo que chegou a 1.020.000,00€. Agora o Grupo “Rui Moreira” e o PSD reduziram o valor que





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature in blue ink.

vai para as Associações, passou a 840.000,00€. É mais do que os 800.000,00€, é verdade, mas é menos que 1.020.000,00€ e aqueles 35.000,00€ que vão para os bolsos da Junta, não vão para as Associações. O dinheiro que vai para as Associações são os 840.000,00€. Afirmo que lembrou aqui algumas questões que os preocupam com a pulverização, o facto de haver Associações que vão buscar apoio a várias outras Freguesias, prejudicando desta forma uma maior abrangência dos apoios. Depois lembrou que o processo de 2022 está muito atrasado, é preciso andar rápido, pois precisam é que o dinheiro chegue às Freguesias, mas já passaram 14 meses. Levantou a questão de haver um convite para várias Entidades. Mas a Assembleia de Freguesia, se vai ser convidada, ainda o não foi até ao momento. Colocou depois apenas 4 questões e o Sr. Presidente não respondeu a nenhuma. Quis saber em primeiro lugar que esforço foi feito para debater o processo com o Movimento Associativo para o melhorar. Segundo: que balanço faz a Junta sobre os resultados do processo e formas para o tornar mais justo e abrangente. Terceiro: se a Assembleia vai ser ouvida quanto à constituição do Júri e sobre as condições de atribuição. Quarto: no que diz respeito à entrega dos apoios de 2022, no dia 17, se os Membros desta Assembleia iam ser convidados por ela. Mais uma vez recorda o processo do Fundo Associativo do ano passado correu mal a tal ponto que o advogado que tinha sido contratado, cometeu erros, que nos levaram aqui na Assembleia a atrasar o processo, e foi substituído. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Neste momento não existem mais inscrições. De imediato procedeu-se à votação do Ponto nº 2 da O.T. “Apreciação e Votação da Minuta do Contrato Interadministrativo do Fundo de Apoio ao Associativismo Português – Edição 2023”, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 16, sendo 6 do Aqui há Porto-RM, 4 do PS, 4 do PSD e 2 da CDU. Abstencões: 3, sendo 2 do BE e 1 do PAN. Votos contra: 0. Este Ponto foi aprovado. O B.E. e a CDU apresentaram Declaração de Voto a posteriori. A declaração de voto da CDU fica anexa à ata com o n.º 2. A declaração de voto do BE fica anexa à ata com o n.º 3. Foi dada a palavra ao público para intervir, não se tendo verificado nenhuma inscrição. Aproveitou referir aos Srs. Deputados sobre a solicitação de uma Assembleia da Freguesia. Após a auscultação do Plenário da Assembleia, a data escolhida foi o dia 16/03/2023. Informou que apesar de não estar aqui presente um Membro da Revisão do Regimento, os documentos foram enviados para todos e é sempre melhor ser mais do que uma pessoa a ver. Afirmou que esta semana ficaria concluído este processo. Afirmou que vai enviar os documentos esta semana ou na próxima. Pois estão a projetar a Assembleia Ordinária e o Regimento e o Regulamento serão os Primeiros Pontos da O.T. Informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser votada. A Minuta foi aprovada por unanimidade. De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão. -----

Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 09 de março de 2023, às 23,45 Horas. -----

O Presidente: *Handwritten signature of Paulo Pinto da Costa.*

O 1º Secretário: *Handwritten signature of Maria Manuel de Fátima Almeida Pires.*

O 2º Secretário: _____



VOTO DE PESAR
PELO FALECIMENTO DE JORGE CONSTANCE PEREIRA

Faleceu, há pouco mais de um mês, em 31 de Janeiro, o compositor, dramaturgo e pioneiro da terapia da psicomotricidade em Portugal, Jorge Constance Pereira. Viveu em Matosinhos, mas foi na cidade do Porto que desenvolveu grande parte da sua atividade profissional e criativa, nomeadamente compondo músicas para peças de teatro de companhias sediadas no território desta união de freguesias, como o TAI, que funcionava na altura em instalações cedidas pela Junta de Freguesia, na Rua João das Regras, mas também da Selva Trupe, do Art'Imagem e do Teatro de Marionetas do Porto. Foi, aliás, com esta companhia e com o seu diretor artístico João Paulo Seara Cardoso que criou para televisão *A Árvore dos Patafúrdios*, *Os Amigos do Gaspar* e *No Tempo dos Afonsinhos*, séries produzidas pela RTP-Porto e para as quais compôs dezenas de canções. Em colaboração com Sérgio Godinho, as canções de *Os Amigos do Gaspar* seriam editadas num LP da Poygram. Também para Sérgio Godinho, com letra deste, compôs *Pequenos delírios domésticos*, que integra o disco *Tinta Permanente*.

Criou partituras musicais ou textos para projetos teatrais de diversas companhias, para além das já citadas, como *Mais Mar Houvesse*, peça encomendada para as comemorações do 6.º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique, ou *To Beat or Not To Beat*, encenada por António Pedro com a participação do artista plástico Ângelo de Sousa e do ator João Guedes no Teatro Experimental do Porto em 1967.

Terapeuta da Psicomotricidade formado pelo Instituto das Ciências da Educação da Universidade de Genebra, orientou as cadeiras de Psicologia da Educação e do Desenvolvimento na Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique, onde dirigiu o Centro de Estudos de Comunicação do Instituto de Investigação Científica. Dedicou-se desde sempre ao ensino e foi fundador da cooperativa *O Fio de Ariana*. Foi ainda autor de uma coletânea de recursos visuais e auditivos, *Digo o que faço - Faço o que digo*, para apoio ao desenvolvimento da linguagem verbal e da comunicação na primeira infância, publicada pela Areal Editores.

Dirigiu no Porto a delegação da Cooperativa Ludus com Isabel Alves Costa e Ilse Losa, organismo de divulgação e ação educativa baseado nos princípios da pedagogia moderna, onde musicou textos de Maria Alberta Menéres que deram forma ao disco *Conversas Com Versos*, gravado nos Estúdios Rangel. Neste âmbito musicou ainda canções do *Bando dos Gambozinos*.

Um dos seus primeiros trabalhos como compositor musical foi o disco de 1975 *Cantigas de Ida e Volta*, onde musicou os poemas de Sidónio Muralha, Matilde Rosa Araújo e Maria Alberta Menéres, interpretados por Fausto, Vitorino e Sérgio Godinho. Este foi um dos primeiros discos integralmente dedicado ao universo infantil no pós-25 de Abril.

A atenção ao universo das crianças foi assumindo diversas formas, como projetos para teatro onde podemos destacar *Eu, Tu, Ele, Nós, Vós, Eles*, de Sérgio Godinho, no qual participou e escreveu por exemplo a *Canção dos Abraços*, e com a companhia *Limite Zero* em criações que deixam inscrita de forma inequívoca a sua argúcia e criatividade. Escreveu ainda o conto *O cágado perdeu as penas*, para o livro *Tudo se transforma*.

*Alc
Mário*



Encontrava-se a colaborar com o Cinema Batalha na recriação de *Os Amigos do Gaspar* para um documentário sobre a série transmitida pela RTP. Ficou ainda por tomar forma um último projeto de musicar uma série de poemas do *Clapsidra*, de Camilo Pessanha, por si seleccionados, composições das quais há apenas um primeiro registo.

Jorge Constante Pereira constou da lista de Presos e Perseguidos Políticos do tempo da ditadura. Amigo e parceiro de José Mário Branco, que conheceu na Escola Parnaso, e de Sérgio Godinho, apresenta-os em Paris onde ambos se encontravam exilados.

Viveu uma vida de compromisso, com o seu “génio acelerado” e no mundo das marionetas e dos projetos infantis que “impregnava com a sua música”. É uma perda para a cidade, para a música, para milhares de crianças e jovens que com ele se formaram, para colegas, amigos e família, a quem deixamos as mais sentidas condolências e um abraço com a forma do nosso corpo coletivo.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida em sessão extraordinária em 9 de março de 2023, expressa o seu profundo pesar pela morte de Jorge Constante Pereira, à sua família e amigos pela sua perda, quedando-se, assim, em silêncio por um minuto:

Porto, 9 de Março de 2023

Os eleitos pelo Bloco de Esquerda

Mário Moutinho

Teresa Martins



2 - Minuta do Acordo Interadministrativo

Fundo Apoio Associativismo 2023

Declaração de Voto

Apesar de ser a única força política que tinha esta proposta no seu Programa Eleitoral, a CDU conseguiu fazer com que a Câmara aprovasse, no Orçamento para 2019, uma verba de 400 mil€ para criar este Fundo, e em 2020 e 2021 conseguiu aumentá-la para 800 mil€.

A par disso e devido à pandemia em 2020 propôs ainda, e viu também aprovada, uma linha de apoio de emergência às Associações de 150 mil€, linha que beneficiou 186 associações, valor que aumentou para 220 mil€ em 2021, elevando-se assim a 1.020.000€ o valor total dos apoios ao Associativismo que a CDU conseguiu fazer aprovar nesse último ano do mandato anterior, e neste novo mandato o grupo "Rui Moreira" e o PSD reduziram a apenas 840 mil€ o valor a atribuir em 2022.

E hoje, durante a apreciação desta matéria, ficou evidenciada a incompetência da maioria "Rui Moreira"/PSD para executar este importante apoio às Associações da União de Freguesias: em 2019 foram apoiadas apenas 19 associações, em 2020 29, e 28 em 2021.

Embora tivesse aumentado para 89 o número de associações contempladas em 2022, a pulverização deste processo nas Freguesias e União de Freguesias e a má regulamentação provocaram sucessivos atrasos que já somam 14 meses, e a criação de condições para que algumas associações alcançassem mais apoios do que era suposto, ao concorrerem em várias freguesias.

Ficou claro que a maioria "Rui Moreira"/PSD nada aprendeu com os erros, pois o novo Acordo é uma mera cópia do anterior.

Tendo a CDU questionado se tinha a Junta debatido o processo com o Movimento Associativo a fim de o melhorar, e se a Junta avaliara os resultados do processo e formas



de o tornar mais justo e abrangente, a falta de resposta a todas essas questões evidenciou que não o fez.

Apesar de tais demonstrações de incompetência e incapacidade da maioria "Ruí Moreira"/PSD, e também por se tratar de um Apoio que foi proposto e conquistado pela CDU, votamos favoravelmente a continuação do processo neste novo ano de 2023, e tudo faremos para que o seu resultado - e o dos próximos anos - possa ser mais justo do que o das edições anteriores.

/ CDU: 09 de março de 2023

O Bloco de Esquerda absteve-se na votação da Minuta de Contrato Interadministrativo do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense mantendo e sublinhando as críticas apresentadas na Assembleia, com destaque para:

o insuficiente valor disponibilizado face às necessidades e à importância das propostas apresentadas;

o regulamento que é chave de todo o processo não ser apreciado nem sequer ser do conhecimento da Assembleia de Freguesia, ao contrário do que acontece com o contrato em apreciação e o relatório final;

a manifesta indisponibilidade do presidente da Junta em aceitar as sugestões de melhoria do regulamento e da execução do programa nas próximas edições, com o argumento de que não pode fazer nada porque tudo é decidido pela Câmara.

Por respeito pelas associações e coletividades, pelo reconhecimento do trabalho que desenvolvem e para não obstaculizar a atribuição das verbas referentes a este programa de apoio, os representantes do Bloco de Esquerda não votaram contra e optaram pela abstenção.

Porto, 9 de Março de 2023

Mário Moutinho

Teresa Martins